



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

**PAPERS DO NAEA Nº 134**

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, PESCADORES E TURISMO:  
A EXPERIÊNCIA DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL  
ALGODOAL/MAIANDEUA - PA**

**Helena Doris de A. Barbosa Quaresma**

**Belém, Fevereiro de 2000**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

### **Vice-reitor**

Telma de Carvalho Lobo

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Edna Maria Ramos de Castro

### **Diretor Adjunto**

Marília Emmi

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Índio Campos

Marília Emmi

## **Sector de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](mailto:Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 134

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, PESCADORES E TURISMO: A EXPERIÊNCIA DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL ALGODOAL/MAIANDEUA - PA<sup>1</sup>

---

*Helena Doris de A. Barbosa Quaresma*

## **Resumo:**

Com este trabalho, pretende-se analisar como se deu o processo de criação de uma categoria de unidade de conservação, ou seja, uma Área de Preservação Ambiental (APA). Especificamente, importa saber de que forma uma comunidade de pescadores do litoral do nordeste do Pará, participou e/ou está (ou não) participando no processo de criação e consolidação da APA Algodual/Maiandeuá, e quais são as transformações que vêm ocorrendo nas esferas social, cultural e econômica deste local. Nesta direção, a questão do turismo emerge com força no contexto desta APA. Neste processo, encontrou-se um confronto de duas vertentes analíticas, uma atrelada aos códigos culturalmente elaborados pela comunidade para o uso destes espaços, e outra, o poder público ( a criação de UCs ) e as formas oficialmente estabelecidas para o uso dos recursos naturais. Pelas evidências analisadas, percebe-se uma presença forte de conflitos e tensões presentes neste processo.

**Palavras-chave:** Pescadores. Turismo. Preservação ambiental de Maiandeuá/Algodual.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de reflexões realizadas por ocasião da elaboração da dissertação de Mestrado e, Planejamento do Desenvolvimento, a ser apresentada ao NAEA/UFPA em 1999.

## 1. Introdução

Em um cenário onde as questões ambientais vêm sendo abordadas em função da finitude dos recursos naturais e do acelerado esgotamento da capacidade de suporte destes recursos, diversos atores sociais se configuram, sociedade civil, ONGs, ambientalistas e poder público, traçando a partir daí uma teia de conflitos. Nela, o Estado se apresenta na tentativa de se fortalecer através de políticas de estruturação e controle do espaço nacional, e de outro, os demais segmentos sociais, que conquistam ou redefinem sua identidade e espaço político. A criação de Unidades de Conservação - UCs - neste sentido, vem sendo um destes mecanismos de controle, onde o Estado, na maioria das vezes, aliena a participação de populações impactadas por este processo.

De fato, tais segmentos sociais têm sido invisibilizados e, na maioria das vezes, cerceados de suas atividades que garantem sua reprodução social. Em muitos casos, eles chegam a ser excluídos das áreas que habitavam ( ver DIEGUES, 1994; SIMONIAN, 1998). Nestes casos, as mudanças são tão profundas e amplas que inviabilizam a continuidade de seu modo de vida tradicional. Mas, com frequência estas populações buscam forças em sua própria história, cultura e identidade, e respondem as imposições sofridas.

Diante deste quadro, com este trabalho, pretende-se analisar como se deu o processo de criação de uma categoria de unidade de conservação, ou seja, uma Área de Preservação Ambiental (APA). Especificamente, importa saber de que forma uma comunidade de pescadores do litoral do nordeste do Pará, participou e/ou está (ou não) participando no processo de criação e consolidação da APA Algodoal/Maiandeuá, e quais são as transformações que vêm ocorrendo nas esferas social, cultural e econômica deste local. Nesta direção, a questão do turismo emerge com força no contexto desta APA. Neste processo, encontrou-se um confronto de duas vertentes analíticas, uma atrelada aos códigos culturalmente elaborados pela comunidade para o uso destes espaços, e outra, o poder público ( a criação de UCs ) e as formas oficialmente estabelecidas para o uso dos recursos naturais. Pelas evidências analisadas, percebe-se uma presença forte de conflitos e tensões presentes neste processo.

## 2 - Construindo um entendimento

Os seres humanos, desde os primórdios da humanidade, vêm desenvolvendo processos de adaptação aos recursos naturais, utilizando-os como fonte fornecedora dos elementos necessários que vem garantindo a sucessividade de suas gerações. Este processo nem sempre esteve acompanhado de um pensar racional e equilibrado, que vem marcando o pensamento contemporâneo acerca da relação homem versus o uso dos recursos naturais. Ao contrário, este pensar sobre o mundo vem traçando uma trajetória que se originou na Europa, sob a influência da filosofia greco-romana e dos ideais cristão (

PONTING, 1995). Este autor evidencia que, os seres humanos sob este prisma, são analisados como seres superiores, como uma criação planejada e ordenada e que a natureza estaria a sua disposição para usá-la. O antropocentrismo e o domínio humano sobre a natureza são as características mais marcantes desta visão.

A contestação desta visão se dá a partir do século XVIII e se estende até o século XIX, principalmente com os clássicos por Voltaire, Darwim, Spencer, Kant e Stuart Mill, estão dentre os que analisaram a relação seres humanos versus natureza. (PONTING, id). Eles introduzem a questão da adequação e do progresso a partir do avanço das ciências, mostrando que a tendência dos seres humanos era caminhar em direção ao progresso inevitável das sociedades humanas. Sendo assim, toda e qualquer atitude perante os recursos naturais, é justificada pelo progresso, na busca da melhoria de um meio ambiente natural, hostil e acabado, mantendo-se, ainda assim, os seres humanos “gestores” do uso dos recursos naturais.

Nos últimos duzentos anos a visão da relação dos seres humanos com os recursos naturais vem sendo construída, levando-se em conta o mercado, ou seja, a questão econômica. Nesta perspectiva, qualquer atividade e os recursos naturais, são colocados no mercado e passam a ser comprados, conseqüentemente, passam a ter valor a partir da quantidade de trabalho nele despendido. Os recursos naturais (terra) são tratados como capital que devem ser transformados em lucro, não se preocupando com a questão da finitude destes recursos. Partidários da visão economicista destacam-se Smith, Ricardo, Marx, Engels, Keynes e seus seguidores. Todos estes autores centralizam seus estudos e análise na questão da produção dos bens e da organização da produção e sua interação com a terra, capital e trabalho.

O final do século XX passa a ser o momento do despertar para as conseqüências destas visões e posturas que levaram os seres humanos a questionar sua posição frente ao uso dos recursos naturais, em função da busca desmedida do progresso e do crescimento material. “*A tomada de consciência dos problemas ambientais aparece simultaneamente como uma das causas e como um sintoma deste estado de espírito*” ( SACHS, 1996:9). Complementando esta visão, passam a ser questionados a finitude dos recursos naturais, a agressão ao meio ambiente, bem como o conceito de desenvolvimento que se almeja, perante estes processos.

A complexidade das interações dos seres humanos com os recursos naturais vem se modificando de forma acelerada nas últimas décadas. As questões ambientais, neste contexto, tornam-se o principal foco de debate, em função do esgotamento crescente da capacidade de suporte destes recursos naturais (McGRATH, 1993; ERIKSON,1994). Os impactos sociais desse esgotamento ou das políticas públicas e ações que degradam o ambiente, também, têm sido analisadas. Dentre as mudanças mais significativas nas últimas décadas, tem-se a abertura de estradas, introdução de novas

tecnologias pesqueiras, especulação e valorização imobiliária, aumento das atividades extrativas que passam a comprometer a qualidade de vida do homem (FURTADO, 1994; D'INCAO, 1994; SIMONIAN, 1996, 1998; MANESCHY, 1995; HEBETE, 1985). Isto vem afetando sobremaneira a existência das populações que, têm nos recursos naturais, sua principal fonte de reprodução social.

A criação de unidades de conservação em áreas de ocupação de populações tradicionais, se coloca apenas como uma particularidade a mais nesta perspectiva. Os processos em torno de suas criações têm sido permeados pelo discurso de conservação dos recursos naturais (DIEGUES, 1994). Entretanto, segundo McNeely (1984) e Simonian (1999), na prática, as ações voltadas para a sua implementação e/ou continuidade, são antes, problemáticas, quando não destrutivas.

A necessidade de se desenvolver trabalhos que resgatem a importância da relação seres humanos versus natureza, vem compondo um quadro de conhecimentos acerca das populações tradicionais e as mudanças que elas vem sofrendo. Estudos como o de Allegretti (1994) Furtado (1987), Magalhães (1996), Maldonado (1995) Diegues (1994) e Morin (1990) vêm alertando para a relevância de se considerar o homem como elemento fundamental à preservação destes recursos.

A questão ambiental no Brasil, mais especificamente na Amazônia, vem sendo alvo de atenção dos mais diferentes segmentos sociais. Estes por estarem preocupados com as ações do Estado frente não só a estas questões, vêm se aglutinando no sentido de fazer emergir propostas compatíveis as especificidades de cada realidade (LUXEREAU, 1998 e LIMA, 1998). Além disso, vem sendo questionado o modelo do discurso ecológico do poder público e reivindicado o direito de participar de forma ativa e constante das políticas de planejamento elaboradas pelo governo central.

Neste contexto, os mais diversos atores sociais, tais como o Estado, as forças armadas, empresas públicas e privadas e outros acabam se envolvendo em uma série de conflitos. O Estado, então, busca se fortalecer através de políticas de estruturação e controle do espaço nacional, e de outro, os diferentes grupos da sociedade conquistam ou redefinem sua identidade e seu espaço.

### **3. Entre a história, a cultura e a sociedade local**

A Amazônia, desde que foi descoberta pelos colonizadores europeus, tem sido palco de disputa de seu espaço pelos mais diversos segmentos da sociedade, tendo o Estado, papel de intermediador e facilitador deste processo. Tal fato se deu através da criação de inúmeros programas para o desenvolvimento da região e que, na maioria, não obtiveram êxito esperado e geraram frutos insatisfatórios (BECKER, 1991; ALMEIDA, 1991). Esta insatisfação se deve em grande parte, ao fato de se ignorar a existência de um contingente populacional bastante significativo, e que já havia se estabelecido com vistas a sua reprodução social, tendo nos recursos naturais existentes a sua motivação.

Tal contingente desenvolveu um vasto conhecimento empírico dos recursos naturais ( WAGLEY, 1957; POSEY,1994) sendo de fundamental importância a participação destas populações nas políticas de conservação. Entre tais políticas, uma vem se destacando nas últimas décadas, qual seja, a da criação de unidades de conservação, como uma das principais armas que o Estado se utiliza na tentativa de equacionar a relação degradação/conservação dos recursos naturais.

Esta áreas teriam como objetivos manter a diversidade natural, favorecer a pesquisa científica, manejar os recursos florestais, bem como assegurar o crescimento regional de modo organizado. Importa, neste ponto, que todas as ações voltadas ao desenvolvimento tanto no âmbito do campo quanto da cidade, a geração de oportunidades estáveis de trabalho e o crescimento das economias locais. Tal modelo foi importado dos Estados Unidos e surgiu a mais de um século, com a criação dos Parques Nacionais.

A Fundação Pro-Natureza - FUNATURA - define as Unidades de Conservação como sendo “ porções territoriais com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituída pelo poder público, com objetivos e limites definidos, às quais aplicam-se regimes especiais de administração e garantias de proteção “. Tais unidades têm categorias variadas, e as APAs, integram a categoria de Áreas de Manejo Sustentável, ou seja, áreas pelas quais se busca conciliar a preservação da diversidade genética e dos recursos naturais com o uso moderado e sustentável de alguns desses recursos, onde o impacto das ações antrópicas deve ser limitado. Nesta categoria incluem-se, também, as reservas de fauna, as florestas nacionais e as reservas extrativistas.

Esta nova postura do poder público de criação de UCs, vem se dando de forma intensiva no Estado do Pará. Porém, muitas vezes sem uma participação/articulação prévia com as comunidades que estão nestas áreas a alguns anos, ficando elas, totalmente, a margem deste processo, sem participar da tomada de decisões (ver SIMONIAN,1998). Estes problemas, assim como os demais relativos aos recursos naturais, podem ser analisados como fruto da priorização de objetivos e metas externas ao contexto local.

Hoje, as comunidades que estão em áreas que foram transformadas em UCs, ressentem-se da não participação no processo de criação e instalação das mesmas. Precisamente, os seus conhecimentos não são levados em conta no zoneamento de áreas ecológicas, e muitas delas nem sequer têm noção do que seja tal unidade. Ademais elas, passam a ser tolhidas ou restringidas em suas atividades habituais nestas áreas, tais como em relação a caça, coleta, pesca e agricultura.

Devido a postura muitas vezes intransigente e autoritária dos órgãos de conservação em relação as comunidades tradicionais, engendram-se conflitos de diversas ordens, seja alterando o modo tradicional da relação do homem com a natureza, quanto no plano material e no imaginário e simbólico. Com isso segundo CÂNDIDO (1964 ) a aproximação dos seres humanos com a natureza

vai sendo cada vez mais atenuada. Isto ocorre na medida que entre eles são interpostos recursos que venham a fazer com que a sua subsistência não dependa mais exclusivamente de seu meio circundante.

Assim, questiona-se a ação do setor público que cria estas áreas, mas que, na maioria das vezes, permanecem no papel. Tal desdobramento decorre de um planejamento inadequado, que desconecta a criação de áreas preservadas e a integração da comunidade neste processo. Desconsidera-se assim, o fato de, no mais das vezes ser esta o principal agente na manutenção do espaço natural e da preservação da biodiversidade.

#### **4 -A APA Algodual/Maiandeuá**

A APA Algodual/Maiandeuá é uma Unidade de Conservação oficial. Ela foi criada pelo Governo do Estado do Pará pela lei 562 de novembro de 1990, e encontra-se em processo de implantação. A mesma situa-se na porção norte do Município de Maracanã, nordeste do Pará, conhecido também como zona do Salgado. Tem como limites a baía de Marapanim, a baía de Maracanã, o Oceano Atlântico e o Canal de Mocooca, que separa a ilha do continente.

Distante do continente, o deslocamento é feito via terrestre e fluvial, tanto pelo distrito de Marudá ( município de Marapanim), quanto pelo município de Maracanã, ao qual está subordinada administrativamente.

A origem do nome se reporta ao domínio da natureza. Segundo Cardoso (1997:12), tal origem realciona-se a abundância de uma planta nativa existente na Ilha ( *Asclepiadaceae: Calotropis pirocera (ait) R.Br.*), cujas sementes com filetes brancos são dispersas pela planta, e ao flutuarem ao vento lembram algodão. Por dominar toda a ilha no período de sua ocupação por pescadores oriundos de Camará, Vista Alegre, Marudá e outras localidades próximas ( última década de 20 ), e lembrar algodão, a ilha recebeu a denominação de Algodual. Já Maiandeuá é um termo de origem tupi, que significa Mãe da Terra.

A população desta comunidade é composta, basicamente, por pescadores que dependem do fluxo e refluxo das marés para a prática de sua principal fonte de subsistência, a pesca. Os recursos naturais ( áreas de vegetação secundária, capoeira ) favorecem o desenvolvimento de pequenas roças no interior da ilha, onde é cultivada principalmente a mandioca, para o fabrico da farinha. Pesca e agricultura favoreceram constituição, permanência e crescimento de uma população que desenvolveu um modo de vida particular e integrado as disponibilidades dos recursos naturais.

A pesca, nesta área, é tradicionalmente artesanal, de acordo com as necessidades de seus moradores e as especificidades ambientais . Os principais instrumentos de pesca são a linha de espinhel, a rede e os currais (NERY, 1995). Tal atividades é praticada o ano todo, e no período em que

o peixe e o camarão “*escasseiam*” utilizam caranguejos, siris, sarnambis, mexilhão, e turu para completar sua alimentação.

Parte da produção pesqueira é colocada no mercado. Tal comercialização se dá através de marreteiros do próprio local, ou de áreas próximas, sendo os produtos vendidos gelados e/ou salgados (secos). O camarão, dependendo da safra, é comercializado, também, com marreteiros de Castanhal e de Belém.

A ilha de Algodual /Maiandeuá é composta por quatro comunidades, a Vila de Algodual, a Vila de Fortalezinha, a Vila de Camboinha e a Vila de Mocooca. A primeira destas vem sofrendo, desde a década de 1970, um intenso processo “*turistificação*” (CORBIN, 1989). Fortalezinha, nos últimos dez anos, vem sendo alvo incessante busca de áreas litorâneas paradisíacas pela população das grandes cidades, a fim de se recomponem dos desgastes do cotidiano urbano. Este processo vem acontecendo de forma acelerada na ilha, que periodicamente se vê assolada por empreendimentos turísticos, e turistas, que desprezam e/ou desconhecem toda uma legislação existente para o uso dos recursos destas áreas, e as relações da comunidade local com seu meio.

Transformações são operadas neste contexto, já que passam a ser, localmente, inseridos e difundidos novos padrões de consumo e estilos de vida. O cotidiano dos pescadores locais é alterado para receber nos meses períodos de alta temporada o fluxo de visitantes que “*invadem*” a ilha, ficando este, dividido entre a possibilidade de aferir uma renda extra. Ao mesmo tempo que dedicam-se dedicando-se a atividades paralelas como prestação de serviços, estes pescadores desencantam-se com os transtornos que esse contingente de visitantes causam à ilha, principalmente no período posterior as férias.

Este processo não é algo isolado, vem ocorrendo no mundo todo, bem como no restante do Brasil, sendo evidenciado com mais intensidade em áreas litorâneas. Estudos como os de Queiroz (1996), Macedo & Pellegrino (1996) Garms (1996), Simonian (1998) vêm analisando tal ocorrência e alertando para as possíveis modificações que possam ser engendradas nestas áreas, a partir da atividade turística. A forma como vem se desenvolvendo o turismo na APA de Algodual/Maiandeuá vem de encontro aos objetivos de uma unidade de conservação *strictu sensu*. Os próprios moradores locais já se preocupam com esta tendência e tentam se organizar em busca de soluções imediatas para os problemas que estão a enfrentar.

Em função disto, foi fundado, na Vila de Fortalezinha, o Grupo Ambiental de Fortalezinha - GA -, formado por pescadores e filhos destes, que vem tentando buscar alternativas para sanar os problemas oriundos da degradação dos recursos naturais já presentes na ilha. Principalmente, trata-se de cobrar uma participação mais efetiva da própria comunidade no processo de tomada de decisões e na luta pela preservação dos ecossistemas que são a base de sua reprodução. Isto tem sido feito porque

o Estado continua distante destas questões, consta que a espera de recursos para a implantação do plano de manejo para a área.

## 5. Discussão

As políticas ambientais no Brasil vêm coexistindo em diferentes períodos, com concepções distintas. Nas últimas décadas de 80 e 90 caracterizam-se por um modelo centralizador e uma institucionalização fragmentada que, segundo Viola (apud JUNQUEIRA, 1992) “*estrutura-se no seu período formativo como um movimento bisetorial constituído por associações ambientalistas e agências estatais do meio-ambiente*” Desta forma, a atuação do Estado vem sendo marcada por uma visão preservacionista e voltada para a proteção dos ecossistemas naturais, se efetivando através da alienação da participação da população no processo de tomada de decisões.

A política de criação de UCs alterou consideravelmente um grande número de tradições de apropriação comunal dos recursos naturais. No entanto, a partir da metade da década de 1980, tais populações tradicionais passam a se aglutinar para questionar sua expulsão de áreas que pertenceram a seus antepassados. Segundo Diegues (1995), estas reações são frutos da reorganização da sociedade civil brasileira através de movimentos sociais, o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo e da emergência e proliferação de organizações não governamentais a nível nacional e internacional.

Este quadro vem se construindo de diversas formas, e hoje já apresenta frutos de tentativas de inserção da participação local por parte de Estado neste processo, uma vez que as populações tradicionais ( índios, pescadores artesanais, seringueiros, quilombolas ) buscam cada vez mais ter acesso na tomada de decisões que envolvam a promoção de seu interesses, bem como que sejam criadas estruturas de comunicação racional com o governo (ALEGRETTI,1994; MENDES, 1989) . Nesta direção tem-se estabelecido canais que permitam a participação ativa e direta da população no processo, implementando assim política participativa. Este contexto, no dizer de Oliveira (1992), é o caminho onde os governos devem ser fortalecidos, permitindo a criação de sistemas interativos de participação entre a esfera administrativa e a comunidade organizada, promovendo desta forma condições para melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Quase nunca os governos avaliam os impactos das criações de UCs sobre o modo de vida dos moradores locais, que muitas vezes sofrem como joguetes neste processo e na realidade são os verdadeiros responsáveis pela preservação destas áreas. Ao serem remanejadas, tais comunidades tem a sua base de cultura material e simbólica perdida, sem que o Estado se preocupe com tal fato deixando-os isolados, sobrevivendo em áreas tidas como marginais e seu direitos usurpados ( MAGALHÃES,1996; SIMONIAN, 1996). Na Amazônia, é onde se concentram de forma mais intensa

os conflitos entre populações tradicionais e unidades de conservação, não só em função da criação destes espaços como também para a implantação de grandes projetos.

No Brasil, esta mudança de visão tem se encaminhado de forma lenta por parte do Estado, e por parte da sociedade civil, vem solidificando a emergência de movimentos autônomos localizados (ALMEIDA,1994), que surgem espontaneamente ( como o GAF), tutelados pelo Estado, ou em alianças com organizações não-governamentais, na busca de salvaguardas os meios que garantem a sua sobrevivência.

A presença de populações tradicionais, suas atividades econômicas, seus conhecimentos da natureza são importantes para o planejamento das Ucs. Mas, isso passaria pelo reconhecimento dos direitos destas populações não apenas a ter acesso aos recursos naturais mas, também, a melhorar seu nível de vida. O planejamento, as diretrizes e as políticas para as UCs, carecem de um debate com as populações tradicionais, que são participantes na vida local, o que demanda no mínimo, mudanças na concepção de como planejar as Ucs.

## **6. Notas conclusivas**

Pelo que a pesquisa evidenciou, faz-se necessário persistir na crítica aos modelos de planejamento de desenvolvimento da Amazônia. Neste ponto importaria levar em conta a historicidade da relação seres humanos versus natureza, onde se sobrepõe as formas pragmáticas de seu uso e onde as criações de UCs passem a se constituir eficazmente e contemple fatores sociais, econômicos e culturais. Assim, o planejamento adequar-se-ia, permeado por uma visão totalizadora da realidade, onde a busca de soluções seja algo construído de forma mais integrada e harmônica.

O Estado que tem o papel de articulador e gestor deste processo, não tem redefinido suas relações com a sociedade. Desse modo, ele abre espaço para a crítica e inviabiliza assim a possibilidade de que seus agentes possam atuar de forma ativa na formulação e implementação de uma política ambiental mais adequada a estes tempos contemporâneos. Uma redefinição de responsabilidades e busca de soluções conjuntas poderiam vir a colaborar para o restabelecimento de uma relação mais harmoniosa entre os seres humanos e o meio ambiente.

Hoje, em função das inúmeras experiências já existentes, a preocupação dos pescadores da APA Algodoal/Maiandeuá, é garantir seu espaço junto ao processo que ora se apresenta, assegurando-lhes a possibilidade de participar da reconstrução de sua própria história.

## Referências

- ALLEGRETTI, M.H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: O Destino da Floresta. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. O Intransitivo da transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: Amazônia, a fronteira agrícola 20 anos depois. LÉNA, Philippe & OLIVEIRA, Adélia Engrácia (orgs.) Belém: MPEG,1991. p.259 - 290
- BECKER, Bertha. Gestão do território e territorialidade na Amazônia. In: Amazônia, a fronteira agrícola 20 anos depois. LÉNA, Philippe & OLIVEIRA, Adélia Engrácia (orgs.) Belém: MPEG,1991. p.259 - 290
- CÂNDIDO, Antonio. Os Parceiros do rio Bonito. Rio de Janeiro: Livraria José' Olímpio, 1964.
- CARDOSO, Luis Fernando C. e. Criança na pesca: Brincadeira ou trabalho ? - Relatório de Pesquisa. Belém: MPEG/DCH, 1997 ( mimeo).
- CORBIN, Alain. O Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- D'INCAO, Maria Angela. Limites culturais na responsabilidade da biodiversidade. In: A Amazônia e a crise da modernização. SILVEIRA, Isolda da & D'INCAO, Angela ( orgs.) . Belém: MPEG, 1994 . p.25-36.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- ERICKSON, Paul A. Environmental impacts assessment. California: Academic Press, Inc. 1994.
- FURTADO, Lourdes G. Curralistas e reideiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará. Belém: MPEG, 1987.
- \_\_\_\_\_ Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: A Amazônia e a crise da modernização. SILVEIRA, Isolda da & D'INCAO, Angela ( orgs.) . Belém: MPEG, 1994 . p. 67-74
- JUNQUEIRA, Ana Thereza Machado. Política Municipal de Meio Ambiente. (mimeo)
- LIMA, Deborah de M. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da bio-diversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. CASTRO, Edna & PINTON Florence ( orgs. ) Belém: CEJUP/UFPa/NAEA. 1997 p. 285-314
- LUXEREAU, Anne. Usos, representações e evolução da biodiversidade entre os Haússas do Niger. In : In: Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. CASTRO, Edna & PINTON Florence ( orgs. ) Belém: CEJUP/UFPa/NAEA. 1997 p.351-374.
- MAcGRATH, David et alli. Manejo comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo amazonas. In: Povos da águas: realidade e perspectivas na Amazônia. FURTADO, L.. G., LEITÃO, W. & MELLO, A.F. ( orgs.) Belém: MPEG ( Coleção Eduardo Galvão p. 213-229
- McNEELY, J.A. Introduction: Protected areas are adapting to new realities. In: National Parks, Conservation and Development. McNELLY, J.A. & MILLER, K.R. (org.). Washington D.C., Smithsonian Institution Press. 1984, p. 1-7.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. O Desencantamento da beira - reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela UHE de Tucuruí. In: Energia na Amazônia, v. 1. MAGALHÃES et alli. (org.). Belém: MPEG/UFPa/UNAMAZ, 1996. p. 697-746.

MALDONADO, Simone. Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Editora Anna Blue (Selo Universidade, 7), 1993.

MENDES, F. (Chico). Fight for the forest. London: Bureau of Latin America, 1989.

MÈRONA, Bernard de. & SANTOS, Geraldo Mendes dos. Impactos imediatos da UHE de Tucuruí sobre as comunidades de peixes e pesca. In: Energia na Amazônia, v. 1. MAGALHÃES et alli. (org.). Belém: MPEG/UFPa/UNAMAZ, 1996. p.251-258.

MORIN, Emílio F. A Ecologia humana das populações da Amazônia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NERY, Arian da Costa. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia- Zona do Salgado - Pará. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Série Antropologia. Belém: 1995. v.11 no. 2. p.199-293.

PONTING, Clive. Uma História verde do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

POSEY, Darrel A. Será que a comunidade verde vai salvar a Amazônia e seus habitantes ?.In: A Amazônia e a Crise da Modernização. D'INCAO, Maria A. & SILVEIRA, Isolda M. (orgs.) Belém: MPEG, 1994. p.345-360

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Editora Vértice, 1986.

SILVA, M.F.F. & BASTOS, M.N.C. Estudos florísticos e fitosociológico em restinga do Estado do Pará.- Relatório Técnico-Científico CNPq, 1991.

SIMONIAN, Lígia T. L. Hidrelétrica de Samuel (RO) e populações tradicionais: deslocamento compulsório e outras questões .In: Energia na Amazônia, v. 1. MAGALHÃES et alli. (org.). Belém: MPEG/UFPa/UNAMAZ, 1996. p.571-589.

\_\_\_\_\_.Parques nacionais e indígenas na Amazônia ocidental: imposições, destruição e resistência. Belém: Working paper. 1998.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia. Belém. Lançamento, 1999.

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade amazônica; estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Ed. Nacional (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5 ,Brasília),1957.